

ISSN - 2175-6600

Vol.17 | Número 39 | 2025

Submetido em: 16/12/2024

Aceito em: 19/07/2025

Publicado em: 15/12/2025

Instrumentos de avaliação e medida de comportamentos antirracistas: uma revisão integrativa da literatura

Instruments for assessing and measuring anti-racist behaviors: an integrative review of the literature

Instrumentos para evaluar y medir conductas antirracistas: una revisión integradora de la literatura

*Venícius Bernardo do Nascimento¹
Natália Santos Marques²*



<https://doi.org/10.28998/2175-6600.2025v17n39pe18817>

Resumo: Este estudo objetiva realizar uma Revisão Integrativa da Literatura (RIL) para identificar e analisar instrumentos de mensuração de comportamentos antirracistas nos últimos dez anos (2014-2023). Para isso, foi realizada uma busca nas bases de dados Web of Science e PsycINFO, utilizando as palavras-chave combinadas com os operadores booleanos: "Anti-racism" AND "Scale" OR "Inventory", e seus correspondentes em português na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD): "Antirracismo" E "Escala" OU "Inventário". Os resultados apontaram quatro instrumentos de avaliação de comportamentos antirracistas e uma adaptação cultural. Todos os instrumentos foram desenvolvidos nos Estados Unidos, e a adaptação cultural foi realizada no Brasil. Constatou-se a escassez de instrumentos e de estudos com as ferramentas já existentes.

Palavras-chave: Revisão. Antirracismo. Instrumentos. Racismo. Escalas.

¹ Universidade Federal do Ceará. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3118606977938804>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9111-2072>. Contato: veniciusbernardopsi@gmail.com

² Universidade Federal do Ceará. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6060664745536596>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4994-3811>. Contato: nataliamarques@ufc.br

Abstract: This study aims to conduct an Integrative Literature Review (ILR) to identify and analyze instruments for measuring anti-racist behaviors over the last ten years (2014-2023). A search was carried out in the Web of Science and PsycINFO databases, using keywords combined with Boolean operators: "Anti-racism" AND "Scale" OR "Inventory", and their Portuguese equivalents in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD): "Antirracismo" AND "Escala" OR "Inventário". The results identified four instruments for assessing anti-racist behaviors and a cultural adaptation. All instruments were developed in the United States, and the cultural adaptation was carried out in Brazil. A shortage of instruments and studies using the existing tools was observed.

Keywords: Review. Anti-racism. Instruments. Racism. Scales.

Resumen: Este estudio tiene como objetivo realizar una Revisión Integrativa de la Literatura (RIL) para identificar y analizar instrumentos de medición de comportamientos antirracistas en los últimos diez años (2014-2023). Se llevó a cabo una búsqueda en las bases de datos Web of Science y PsycINFO, utilizando palabras clave combinadas con operadores booleanos: "Anti-racism" AND "Scale" OR "Inventory", y sus equivalentes en portugués en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD): "Antirracismo" Y "Escala" O "Inventario". Los resultados identificaron cuatro instrumentos para evaluar comportamientos antirracistas y una adaptación cultural. Todos los instrumentos fueron desarrollados en los Estados Unidos, y la adaptación cultural se llevó a cabo en Brasil. Se observó una escasez de instrumentos y de estudios que utilicen las herramientas ya existentes.

Palabras clave: Revisión. Antirracismo. Instrumentos. Racismo. Escalas.

1 INTRODUÇÃO

Compreendemos que, em contextos marcados por uma cultura racista, o racismo direcionado à população negra se manifesta por meio do aprendizado e da reprodução de práticas culturais que se perpetuam ao longo das gerações, gerando desvantagens sistemáticas para esse grupo (Passarelli; Rico; Silvestre, 2023). Tal processo ocorre porque a cultura desempenha um papel central na determinação dos comportamentos humanos (Skinner, 2003).

As configurações das diferentes práticas culturais que caracterizam o racismo são transformadas de forma dinâmica, o que permite que as violências ocorram, muitas vezes, de forma encoberta e naturalizada (Moreira, 2019). No entanto, independente da maneira que a desigualdade racial ocorra (seja no mercado de trabalho, na educação, nas representações simbólicas do cinema etc.), a população negra sempre está em prejuízo diante da branquitude (Correa de Melo, 2020).

Em direção a isso, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que, embora a população negra (pretos e pardos) seja a maioria no Brasil (55,5%), ela continua sendo a mais afetada pelas desigualdades sociais. No mercado de trabalho, 69% dos cargos de gerência são ocupados por brancos (IBGE, 2022). Em relação à violência, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes é de 34,1 entre pardos, 21,9 entre pretos e 11,5 entre brancos (IBGE, 2019). Na educação, o analfabetismo entre



brasileiros com 15 anos ou mais é de 9,1% entre negros, mais que o dobro da taxa de 3,9% registrada entre brancos (IBGE, 2019). No contexto artístico, Bernardo do Nascimento *et al.* (2024) investigaram o cinema brasileiro enquanto tecnologia de raça³. Foram analisados estereótipos raciais em personagens pretos integrantes de elencos principais dos filmes nacionais mais vendidos nos anos 2012 a 2019. Verificou-se uma baixa representatividade de pretos e recorrente replicação de estereótipos raciais.

Nessa lógica, estas desigualdades formam um ambiente social estruturado pelo racismo, que impacta diretamente no processo de construção de subjetividades (Silva; Araújo, 2020). O racismo, enquanto produto social, é transmitido pela interação humana, principalmente por meio da "comunidade verbal", que ensina os indivíduos a viver, pensar e agir de acordo com normas raciais condicionais (Moroz; Rubano, 2005). Assim, essas violências são práticas culturais, constituídas por padrões de comportamento aprendidos dentro de uma cultura (Glenn, 2004), cuja variação e manutenção, ao longo do tempo, dependem das consequências que produzem.

O estudo de Mizael *et al.* (2016) consiste em uma importante demonstração de como é possível promover mudanças em práticas racistas através de intervenções que manipulam suas consequências. Inicialmente, observou-se crianças que demonstravam viés negativo frente a faces negras, o que foi identificado em uma tarefa de Escolha de Acordo com o Modelo (*Matching to Sample*) pela frequente relação entre imagens de pessoas negras e símbolos de valência negativa, tais como imagens assustadoras ou repulsivas. Para combater esse viés negativo, foi realizado um treinamento de emparelhamento, associando fotos de pessoas negras a um estímulo X, posteriormente vinculado a um símbolo de valência positiva, tais como doces, brinquedos e animais dóceis, o que reduziu significativamente preconceitos negativos (Mizael *et al.*, 2016; Mizael; Santos; De Rose, 2016). Esse estudo evidenciou que estereótipos raciais podem ser estabelecidos e modificados por meio da formação de classes de equivalência. Passarelli *et al.* (2024) replicaram esse trabalho, adicionando o Teste da Boneca (Clark; Clark, 1950) para investigar a generalização dos resultados. Oito dos nove participantes formaram relações de equivalência entre rostos negros e o símbolo positivo, mantidas duas semanas após a intervenção. Dois terços dos participantes com preconceito implícito apresentaram viés reduzido, e um deles demonstrou generalização no Teste da Boneca, portanto, houve uma limitação na generalização para situações naturais.

³ As pesquisadoras Sales e Pereira (2020) conceituam “tecnologia de raça” como tecnologias que reproduzem a racialização e a subalternização de populações negras através da repetição de clichês visuais (e.g. estereótipos de objetificação, desumanização e marginalização).



A partir das evidências estruturais e das pesquisas sobre intervenções de viés racial, fica evidente que as disparidades raciais não são apenas um reflexo histórico, mas uma realidade persistente e concreta. Assim, a construção de uma sociedade emancipada, que combate efetivamente a desigualdade racial, requer políticas públicas antirracistas que impactem estruturalmente os diversos âmbitos sociais, principalmente na educação. Consideramos práticas antirracistas como comportamentos que promovem a igualdade racial por meio de ações de equidade (Kendi, 2020; Ribeiro, 2019). Essas práticas abrangem uma progressão que vai de uma consciência inicial da opressão racial a uma participação ativa e prática (D'andrea; Daniels, 1999).

Nesse sentido, o Movimento Negro, enquanto educador e produtor de conhecimentos, promove historicamente questionamentos às políticas públicas sobre o seu compromisso com a superação das desigualdades raciais (Gomes, 2017). A autora aponta que a educação é um importante ambiente para intervenções que visam emancipação social, assim, uma educação pautada em práticas antirracistas tem estratégias organizacionais, curriculares e pedagógicas voltadas para a igualdade racial e a luta contra a opressão racial (Troyna; Carrington, 1990).

Por essa lógica, é preciso que exista um acompanhamento contínuo dessas políticas de intervenções antirracistas, para que seja possível verificar o que pode ser aprimorado e, consequentemente, ações mais efetivas sejam articuladas a partir de tais acompanhamentos (Stufflebeam; Shinkfield, 1989). Para isso, consideramos importante que haja formas seguras e eficazes de medir especificamente comportamentos antirracistas para atuarem como instrumento de acompanhamento de tais intervenções. Sendo assim, este estudo tem como objetivo realizar uma Revisão Integrativa da Literatura (RIL) dos últimos 10 anos (2014-2023) para identificar e analisar instrumentos que medem comportamentos antirracistas.

2 METODOLOGIA

Esta RIL segue a base metodológica proposta por Souza *et al.* (2010): a) elaboração da pergunta norteadora; b) busca ou amostragem da literatura; c) coleta de dados; d) análise crítica dos estudos incluídos; e) discussão dos resultados; f) apresentação. Assim, foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão de estudos: 1) textos publicados em português ou inglês; 2) que descrevessem no resumo que de algum modo mediram ações antirracistas; 3) publicados nos últimos dez anos (2014-

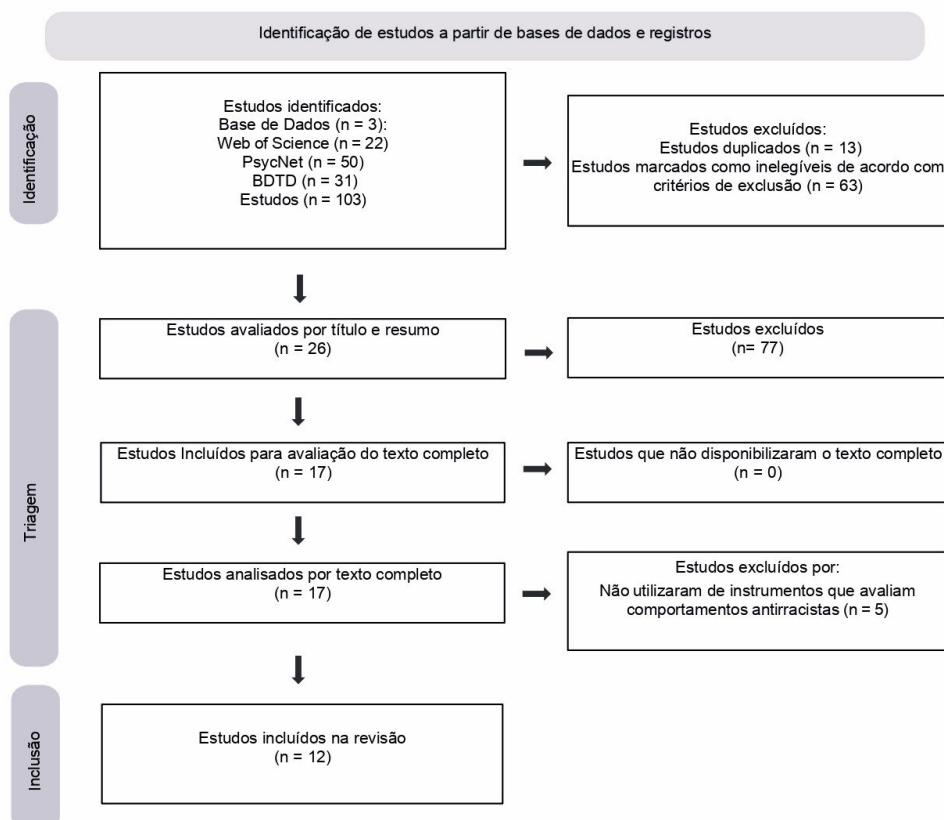


2023). Os critérios de exclusão: 1) Estudos duplicados; 2) Aqueles que não utilizaram instrumentos para medir ação antirracista; 3) Não disponível na íntegra.

A partir desses critérios, foram estabelecidas as seguintes palavras-chave combinadas com os operadores booleanos: “Anti-racism” AND “Scale” OR “Inventory” nas bases de dados *Web of Science* e *PsylInfo*. Uma busca com os mesmos critérios foi realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD): “Antirracismo” E “Escala” OU “Inventário”. O estudo aconteceu entre setembro de 2023 a outubro de 2024. As duas primeiras bases de dados foram escolhidas devido a sua relevância internacional e nacional. Para assegurar o registro de dados relevantes dos estudos, na coleta de dados utilizamos o instrumento validado por Ursi (2005).

A Figura 1 mostra que foram identificados 103 estudos, e 77 deles foram excluídos com base nos critérios de seleção e exclusão aplicados aos títulos e resumos, restando 17 estudos considerados elegíveis, os quais foram lidos na íntegra. Após aplicação dos critérios de seleção e exclusão aos 17 textos, foram excluídos cinco por não utilizarem instrumento de avaliação de repertório antirracista. Desse modo, restaram 12 estudos, que foram incluídos nesta RIL.

Figura 1: Fluxograma da RIL.



Fonte: Fluxograma PRISMA (2020) adaptado de Haddaway *et al.* (2022) traduzido pelos autores.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados indicaram que, ao longo dos últimos 10 anos (2014-2023), houve uma baixa produção de estudos focados em investigar a aquisição de comportamentos antirracistas, de modo que o ano com o maior número de publicações foi 2022 ($n = 4$), em seguida 2023 ($n = 3$). Além disso, percebemos que quase todas as pesquisas foram produzidas nos EUA, e apenas uma aconteceu no Brasil. Nesse sentido, a Tabela 1 integra as principais informações referentes aos instrumentos identificados nos estudos desta RIL.

Tabela 1: Características dos instrumentos analisados na RIL.

Fonte	Medida	Amostra	Estrutura	Objetivo
Aldana <i>et al.</i> , (2019)	ARAS	633 pessoas na faixa etária de 13 a 19 anos.	16 itens em três fatores (Ação Interpessoal, Ação Comunitária, Ação de Mudança Política)	Desenvolver um instrumento que mensure comportamentos antirracistas entre jovens.
Ribeiro (2022)	ARAS	236 pessoas na faixa etária de 17 a 44 anos.	16 itens em três fatores (Ação Interpessoal, Ação Comunitária, Ação de Mudança Política)	Validar para o Brasil a ARAS entre estudantes de graduação e pós-graduação.
Hope <i>et al.</i> , (2019)	BCAOS	893 pessoas negras na faixa etária de 14 a 29 anos.	26 itens em três fatores (Baixo Risco, Alto Risco, Político Formal)	Desenvolver um instrumento que mede o ativismo antirracista de adolescentes e jovens adultos negros.
Pieterse <i>et al.</i> , (2016)	ARBI	513 pessoas na faixa etária de 22 a 44 anos.	21 itens em três fatores (Ativismo Individual, Consciência do Racismo, Ativismo Institucional)	Desenvolver um inventário comportamental para medir comportamento antirracista nos EUA.
Murphy <i>et al.</i> , (2023)	SWEAR	873 pessoas de na faixa etária de 18 a 75 anos.	30 itens em cinco fatores (Conhecimentos, Competências, Valores, Processos cognitivos e afetivos, Responsabilidade profissional)	Desenvolver um instrumento que avalia a preparação de alunos de serviço social para se tornarem profissionais antirracistas.

Fonte: desenvolvido pelos autores

Os instrumentos mais citados na literatura foram o *Anti-Racism Behavioral Inventory* (ARBI), com cinco estudos, e a *Anti-Racism Action Scale* (ARAS), referida em quatro. Além disso, a *Black Community Activism Orientation Scale* (BCAOS) e a *Social*



Work Education Anti-Racism (SWEAR) foram referenciadas em dois e um estudo, respectivamente. Outrossim, as próximas seções deste texto propõem uma análise aprofundada dessas medidas, assim como de estudos que as utilizaram dentro do recorte temporal desta revisão.

3.1 Anti-Racism Action Scale (ARAS)

O estudo de desenvolvimento da ARAS foi realizado por Aldana *et al.* (2019). A busca por evidências de validade desse instrumento passou por uma Análise Fatorial Exploratória (AFE)⁴ dos 22 itens da escala, em que participaram 249 adolescentes, cuja idade variou entre 13 e 19 anos, sendo 61,7% meninas de diferentes grupos étnico-raciais. Os resultados da AFE mostraram bons índices de ajuste: *Comparative Fit Index* (CFI) = 0,95; *Root Mean Square Error of Approximation* (RMSEA) = 0,04; Índice de *Tucker-Lewis* (TLI) = 0,93; *Standardized Root Mean Square Residual* (SRMR) = 0,09. Entretanto, quanto à consistência interna, o *alfa de Cronbach* mostrou-se questionável ($\alpha=0,62$ a $0,69$), e a ausência de relato do *ômega de McDonald* fragiliza a interpretação da consistência interna (Stone *et al.*, 2013). No entanto, os índices de correlação entre itens tiveram resultados aceitáveis ($IIC=0,19$ a $0,35$).

Sendo assim, a estrutura fatorial indicou um modelo de três fatores. O Fator 1, Ação Interpessoal, composta por sete itens que mediam as respostas individuais dos adolescentes ao racismo em seus contextos sociais (e.g. “Questionei ou repreendi um/a membro/a da família que usou um insulto racial ou fez uma piada racista”). O Fator 2, Ação Comunitária, com quatro itens centrados no envolvimento dos jovens em esforços coletivos, como na escola, que abordam questões relacionadas à raça, etnia, discriminação e/ou segregação (e.g. “Participei de um clube ou grupo que trabalha questões relacionadas a raça, etnia, discriminação e/ou segregação”). O Fator 3, Ação de Mudança Política, em sete itens que destacavam o envolvimento político (e.g. “Participei de um protesto relacionado com questões de raça, etnia, discriminação e/ou segregação”).

Depois disso, foi realizada uma Análise Fatorial Confirmatória (AFC) com uma amostra independente da AFE de 384 jovens. A idade dos participantes variou entre 14 e 18 anos, que eram predominantemente meninas (51,0%), de diferentes origens étnico-

⁴ A Análise Fatorial Exploratória (AFE) consiste em um procedimento estatístico utilizado para identificar padrões em uma matriz de dados, com o intuito de compreender quantos e quais fatores subjacentes explicam a organização das variáveis observadas (Damásio,



raciais. Os resultados da AFC mostram que dois itens do fator de Ação Interpessoal tiveram resultados inadequados, logo, a ARAS passou a integrar 16 itens. Além disso, a AFC confirmou a estrutura de três fatores apontados pela AFE.

Serão apresentados os estudos encontrados nesta RIL que utilizaram a ARAS. Curran *et al.* (2023) investigaram associações entre a consciência do privilégio branco, as atitudes antirracistas e a ansiedade intergrupal em diádes de pais e filhos brancos. Para atingir tais objetivos, os autores recorreram às seguintes medidas: a escala *White Privilege Attitudes* de Pinterits *et al.* (2009) para medir o privilégio branco; para atitudes racistas em relação a negros, foi utilizada a escala *Modern Racism* de McConahay (1986); a escala ARAS foi aplicada para medir atitudes antirracistas; para medir a ansiedade intergrupal, optaram pela escala *Intergroup Anxiety* de Stephan e Stephan (1985). Participaram da pesquisa 218 ($N = 436$) diádes pais-filhos brancas. Os filhos tinham idades entre 18 e 23 anos e eram principalmente mulheres (62,8%). Os pais tinham idades entre 42 e 69 anos e eram a maioria mulheres (79,4%). Os resultados apontaram que a consciência do privilégio branco se correlaciona positivamente com atitudes antirracistas e negativamente com atitudes racistas. Observou-se uma relação recíproca entre as atitudes e a ansiedade intergrupal de pais e filhos, sendo que indivíduos com maior ansiedade intergrupal tendem a ter atitudes racistas mais elevadas e antirracistas mais baixas (Curran *et al.*, 2023).

O estudo de Heberle *et al.* (2023) aplicou a ARAS em mães brancas norte-americanas. O objetivo do estudo foi aumentar as habilidades dos pais de analisar como os seus comportamentos pessoais e parentais funcionam na manutenção do racismo. Embora o estudo fosse aberto a todos os gêneros, a amostra foi composta por 27 mães de crianças brancas entre quatro e seis anos, recrutadas através da lista de participantes da *EmbraceRace*⁵. Foram realizadas intervenções baseadas em estratégias de ativação comportamental que incluía dez sessões quinzenais, realizadas em grupo e individualmente. Nessas sessões, as participantes receberam instruções diretas sobre racismo, antirracismo, branquitude e temas relacionados, além de serem designadas a realizar atividades antirracistas práticas, como leituras e podcasts (Heberle *et al.*, 2023).

Os dados quantitativos não mostraram mudanças significativas com as intervenções. As mães demonstraram altos níveis de reflexão crítica racial e consciência sobre o privilégio branco, já antes da intervenção. Os dados qualitativos forneceram *insights* mais detalhados sobre o repertório das participantes. Por exemplo, uma delas

⁵ Trata-se de uma organização *online* que apoia a criação de filhos com consciência racial na primeira infância.



afirmou: "Acho que isso me tornou mais ativa e menos passiva. Quer dizer, acho que me tornou menos passiva quando se trata de falar sobre raça com meus filhos" (Heberle et al., 2023, p.10). Consideramos que o repertório crítico prévio das mães pode ter interferido na avaliação da efetividade das intervenções. Assim, é importante que novas pesquisas tenham dados também de pessoas que não tiveram esse contato prévio.

No Brasil, Ribeiro (2022) adaptou a ARAS para o contexto nacional com uma amostra de 236 pessoas, sendo todas universitárias brasileiras na faixa etária de 16 a 44 anos. A maioria é do sexo feminino (67,4%), seguido do masculino (31,8%) e de "outros" (0,8%). Além disso, 48,3% dos participantes eram pardos, 40,7% brancos e 11% pretos. A maioria deles residiam na região Nordeste (70,4%), seguido da Região Sudeste (20,7%), do Sul (5,6%), do Norte (2,8%) e do Centro-Oeste (0,5%). O estudo original de Aldana et al. (2019) enfocou adolescentes de 13 a 19 anos, enquanto essa amostra de adaptação brasileira abrange uma faixa etária mais ampla, majoritariamente composta por adultos jovens. Essa diferença pode influenciar os resultados, pois o engajamento e as ações antirracistas podem variar de acordo com a idade e o contexto educacional, uma vez que universitários tendem a ter um nível mais avançado de pensamento crítico e exposição a discursos sociopolíticos. Para mais, Borsa et al. (2012) ressaltam a importância metodológica da amostra para refletir as características da população-alvo. Nesse sentido, as regiões Sul, Norte e Centro-Oeste estão sub-representadas, o que pode limitar a generalização dos resultados para o Brasil.

A literatura (Nunnally, 1978; Jöreskog; Sörbom, 1996) aponta que a amostra mínima para a realização de análises fatoriais é a proporção de 10 participantes por item. Portanto, a amostra de Ribeiro (2022) está superior ao mínimo necessário. Os resultados apontam a estrutura da ARAS equivalente a 16 itens em três fatores. Assim, essa adaptação apresenta validade, com compatibilidade dos itens aos seus respectivos fatores, o que torna um instrumento adequado para analisar o engajamento antirracista (entre aspectos interpessoais, comunitários e políticos) entre jovens adultos.

3.2 *Anti-Racism Behavioral Inventory (ARBI)*

No desenvolvimento inicial do ARBI, Pieterse et al. (2016) contava com 55 itens. Para analisarem a confiabilidade e detectar potenciais dificuldades no preenchimento do inventário, os pesquisadores contaram com a participação de 51 estudantes brancos de pós-graduação dos EUA, com idades entre 23 e 52 anos. Depois disso, os autores



desenvolveram uma AFE com mais 245 estudantes brancos. A idade dos participantes variou de 22 a 44 anos e a composição de gênero foi de 212 mulheres e 33 homens.

Os resultados da AFE sugeriram um modelo de três fatores: O Fator 1 (valor próprio = 14,38, 33% da variância), "Ativismo Individual", inclui nove itens e abrange comportamentos de defesa de direitos que podem ser realizados individualmente (e.g. "Desafiei atos de racismo que testemunhei no meu local de trabalho ou na escola"). Ele possui uma estimativa de consistência interna, medida pelo *alfa de Cronbach* (α) = 0,80. O Fator 2 (valor próprio = 3,40, 7,9% da variância), "Consciência sobre o Racismo", com sete itens, refere-se à percepção do racismo e aos sentimentos associados a essa violência (e.g. "Por causa do racismo nos EUA, os negros não têm as mesmas oportunidades educacionais em comparação com os brancos"). Teve a consistência interna α = 0,88. O Fator 3 (valor próprio = 2,16, 5% da variância), "Ativismo Institucional", composto por cinco itens, aborda comportamentos antirracistas relacionados a instituições ou organizações (e.g. "Eu dou dinheiro para organizações que trabalham contra o racismo e a discriminação") (Pieterse; Utsey; Miller 2016), com $\alpha=0,79$. Ao contrário da ARAS, este inventário teve como medida de confiabilidade apenas o *alfa de Cronbach*, o que pode ser um problema devido às limitações da medida (Devillis, 2003; Stone *et al.*, 2013).

A AFC foi realizada com uma amostra de 165 estagiários brancos de aconselhamento e psicologia, sendo 142 (82%) mulheres e 29 (18%) homens, com idades entre 21 e 65 anos. Os resultados confirmaram a estrutura trifatorial indicada pela AFE. Por fim, o terceiro estudo de validação do ARBI avaliou a estabilidade temporal do Inventário por meio de um teste de reteste realizado com 36 estudantes de pós-graduação em aconselhamento. Os participantes completaram o ARBI em duas ocasiões, com um intervalo de três semanas entre as aplicações. Os resultados mostraram que o inventário é confiável e estável para medir comportamentos e atitudes antirracistas em contextos como treinamento e pesquisa.

A primeira pesquisa identificada nesta RIL que utilizou o ARBI foi de Keum *et al.* (2022) nos EUA. Eles objetivaram: 1) investigar a relação entre o testemunho de racismo *online* e os sentimentos de solidão entre jovens adultos brancos; 2) explorar o papel moderador da defesa antirracista, tanto individual quanto institucional. Para isso, utilizaram as subescalas OMERR (Keum; Miller, 2017) para medir a exposição a conteúdos racistas, a VERCA para avaliar a exposição a contextos de violência racial *online*, a escala de Solidão de Hughes *et al.* (2004) e o ARBI (Pieterse; Utsey; Miller, 2016) para mensurar o engajamento em defesa antirracista nos níveis individual e institucional.



Participaram deste estudo 227 jovens adultos brancos não hispânicos, cerca de 62% eram mulheres e 35% eram homens. Os critérios de inclusão foram: (1) 18 anos ou mais, (2) autoidentificar-se como branco e (3) morar nos EUA. Os principais resultados do estudo de Keum *et al.* (2022) revelaram que a exposição ao racismo sistêmico *online* (e.g. conteúdos relacionados à depreciação cultural e discriminação contra grupos raciais minorizados) estava positivamente associada aos sentimentos de solidão entre jovens adultos brancos. No entanto, a exposição direta à violência racial *online*, como insultos racistas dirigidos a grupos minorizados, não mostrou associação significativa com a solidão. No Ativismo Individual, tanto de forma atuante como moderadora, os indivíduos que se envolveram em níveis moderados a altos de defesa antirracista individual experimentaram uma atenuação dos sentimentos de solidão, enquanto o Ativismo Institucional não apresentou influência significativa na solidão.

Outro estudo que utilizou o ARBI foi o de Keum (2021), nos EUA, que investigou respostas emocionais de jovens brancos, como empatia, culpa e medo em relação a: (1) testemunhar racismo *online* e (2) exposição a conteúdo *online* sobre racismo sistêmico contra grupos minorizados. O estudo avaliou o ativismo antirracista individual e institucional. Keum definiu as emoções da seguinte forma: a) Empatia branca é a capacidade de compreender o sofrimento das minorias raciais devido ao racismo, associada a sentimentos de raiva, tristeza e desamparo; b) Culpa branca é o remorso por racismo e desigualdade racial; e c) Medo branco, uma barreira ao ativismo antirracista, é o temor irracional de minorias como ameaças. Participaram 227 jovens adultos brancos (62% mulheres e 35% homens). Além do ARBI, foram usadas as escalas OMERR e VERCA para medir a exposição ao racismo online, e a PCRW para medir culpa, empatia e medo em resposta ao racismo testemunhado *online*.

Os resultados do estudo indicam que a exposição ao racismo *online* influencia positivamente o engajamento em comportamentos antirracistas individuais e institucionais entre pessoas brancas. A exposição a conteúdos racistas apresentou um aumento significativo no ativismo antirracista individual e institucional. Esses efeitos foram mediados pela empatia branca, que explicaram uma relação indireta significativa entre a exposição ao racismo sistêmico e ao ativismo antirracista. Por outro lado, a culpa e o medo branco não incluem relações indiretas significativas, indicando que essas emoções podem atuar como barreiras, em vez de facilitadores, para o engajamento em ações antirracistas.



A partir de uma perspectiva do behaviorismo radical⁶, argumentamos que, ao contrário do que o Keum (2021) sugere, as emoções de culpa e medo não necessariamente impedem o aumento das ações antirracistas entre essas pessoas. Uma explicação plausível para essa dinâmica pode ser encontrada na relação entre ações, ambiente social e nas consequências percebidas nessas ações. É importante considerar que a branquitude é sustentada por privilégios em sociedades marcadas pela dominação racial, em que frequentemente se observa silêncio e ocultação das desigualdades raciais (Bento, 2022). Reconhecer privilégios não equivale a renunciar a eles (Schuman, 2012), e essa complexidade pode ser um fator limitante do engajamento em ações antirracistas, mesmo diante da empatia gerada por conteúdos racistas.

Outro estudo identificado foi desenvolvido por Keum e Li (2022), nos EUA, em que investigaram estratégias de enfrentamento de adultos de grupos raciais/étnicos minorizados diante do racismo *online*, com foco em dois aspectos principais: a busca de apoio social *online*, e o engajamento em ativismo antirracista. Eles investigaram também se os padrões de enfrentamento se associavam a: a) Socialização étnico-racial, que é definida pelos autores como o processo pelo qual indivíduos aprendem sobre raças e formas de lidar com o racismo; a autopercepção de saúde; e gravidade do uso de álcool.

Os pesquisadores utilizaram as seguintes medidas: 1) *Perceived Online Racism* (PORS), de Keum e Miller (2017), foi empregado para avaliar experiências de pessoas com interação racista no contexto *online*; 2) O Teste de Identificação de Distúrbios do Uso de Álcool (AUDIT), de Saunders *et al.* (1993), foi utilizado para avaliar a gravidade do uso de álcool; 3) A socialização étnico-racial dos pais foi avaliada usando a versão adaptada da escala de socialização de Hughes e Johnson (2001); 4) O ARBI, de Pieterse *et al.* (2016), foi utilizado para avaliar o ativismo antirracista dos participantes; 5) A Saúde Percebida foi medida pelo item único de saúde percebida de Hays (2015); 6) Os autores desenvolveram a *Coping Online with Racism Scale* (CORS) para avaliar a busca pelo apoio social para lidar com o racismo *online*. Participaram 407 adultos de grupos raciais minorizados, 57% ($n = 232$) se identificaram como mulheres, 41% ($n = 167$) homens e 2% ($n = 8$) transgêneros. Aproximadamente 40% ($n=163$) dos participantes se identificaram como negros, 23% ($n=94$) como asiáticos, 20% ($n = 81$) como latinos, 9% ($n=37$) como multiraciais, 5% ($n=20$) como nativos americanos, 2% ($n = 8$) do Oriente Médio e 1% ($n = 4$) como havaianos (Keum; Li, 2022).

⁶ O behaviorismo radical enfatiza a relação entre estímulos ambientais e comportamentos, considerando que as emoções também são respostas e não determinam diretamente outras ações (Skinner, 1974).



A pesquisa identificou três classes distintas de enfrentamento ao racismo *online*: reativo, engajamento moderado e desengajado. O grupo reativo apresentou altos níveis de percepção de racismo *online* e maior busca de apoio social *online*, além de maiores níveis de ativismo antirracista. No entanto, este grupo também mostrou maior risco de uso de álcool, sugerindo uma relação entre o enfrentamento reativo e estratégias de autocuidado prejudiciais. O grupo de engajamento moderado teve menor percepção de racismo *online* e um envolvimento moderado em ambas as estratégias de enfrentamento, sendo o grupo com menor risco de uso de álcool. Por fim, o desengajado apresentou altos níveis de percepção de racismo, mas com baixa busca de apoio social, combinada a maior risco de uso de álcool. Os resultados apontam que níveis moderados de engajamento estão associados a melhores percepções de saúde, enquanto reações intensas ou desengajadas podem estar relacionadas a riscos elevados de consumo de álcool (Keum; Li, 2022).

Outro estudo que se utilizou do ARBI foi o de Park (2023), que objetivou examinar fatores individuais que influenciam a ação antirracista e na defesa político-social de estudantes do Mestrado em Serviço Social (MSW). Os 20 principais programas de MSW dos EUA foram convidados para participar da pesquisa, mas apenas cinco aceitaram. Foram 309 estudantes, sendo a maioria do gênero feminino (85,8%, n=265), brancas (73,8%, n=228) e heterossexuais (67,6%, n=209), com a faixa etária entre 25 e 34 anos. Para avaliar as ações antirracistas, foi utilizada a subescala “Ativismo Individual” do inventário ARBI, enquanto que, para mensurar a defesa político-social, contaram com a Escala de Defesa de Questões Sociais (SIAS) de Nilsson *et al.* (2011).

Os resultados revelaram diferenças estatisticamente significativas nas médias de defesa antirracista por gênero, com pessoas que se identificam como transgênero/não-binárias/queer e cisgênero feminino pontuando mais que cisgênero masculino. Em relação à orientação sexual, pessoas que se identificam como queer e bissexuais também apresentaram pontuações mais altas em defesa antirracista em comparação a heterossexuais. Além disso, trabalhar com comunidades historicamente marginalizadas esteve associado a uma pontuação maior em defesa político-social.

Com o estudo de Park (2023), percebemos a relevância de incluir e valorizar as experiências individuais e profissionais nas formações acadêmicas, de modo a promover uma educação que estimule maior envolvimento em ações antirracistas e defesa político-social. Sugerimos que futuras pesquisas aprofundem em como esses fatores podem ser integrados aos currículos de trabalho social, maximizando o impacto na promoção de justiça social e na defesa de populações marginalizadas. Além disso, é fundamental



expandir o foco dessa investigação para outras áreas, como a Psicologia e outras áreas atuantes em políticas públicas, a fim de avaliar a preparação dos futuros profissionais diante do combate às desigualdades e na defesa de direitos.

3.3 Social Work Education Anti-Racism (SWEAR) Scale

A SWEAR foi desenvolvida por Murphy *et al.* (2023), com o objetivo de avaliar se os cursos estão preparando futuros assistentes sociais antirracistas. Assim, foram analisados 41 itens com uma amostra de 873 participantes, predominando estudantes (80,4%), mulheres cisgênero (83,7%), com faixa etária variando entre 18 e 75 anos, e a composição racial da amostra indicou uma predominância de brancos (65,4%).

A versão final da escala SWEAR incluiu 30 itens, com a exclusão de 11 que não atingiram adequados resultados estatísticos. Com base na análise de conteúdo, a estrutura dos fatores ficou organizada da seguinte maneira: Fator 1 ($\alpha = 0,86$), nomeado de Conhecimentos, é composto por 10 itens que objetivam verificar os conhecimentos dos assistentes sociais em relação à raça, ao racismo e ao antirracismo (e.g. “Pessoas brancas têm a mesma probabilidade que pessoas negras de serem presas por cometer o mesmo crime”); Fator 2 ($\alpha = 0,85$), nomeado de Habilidades, contém oito itens que avaliam as competências do assistente social diante dessas temáticas (e.g. “Eu tenho as habilidades necessárias para confrontar conversas racistas”); Fator 3 ($\alpha = 0,81$), intitulado de Valores, com sete itens que verificam os valores do assistente social diante da problemática racial (e.g. “Acredito que o serviço social deve apoiar tanto ‘todas as vidas importam’ quanto ‘vidas negras importam’”); Fator 4 ($\alpha = 0,75$), chamado de Processos cognitivos e afetivos, com três itens que tiveram o objetivo de determinar o desempenho cognitivo e os processos afetivos (e.g. “É importante autorrefletir sobre meu papel na perpetuação da opressão sistêmica nos Estados Unidos”); Fator 5 ($\alpha = 0,91$), nomeado de Responsabilidade profissional, é composto por dois itens que avaliam as ações dos assistentes sociais juntamente com a sua ética e responsabilidade (e.g. “Tenho uma obrigação ética de confrontar aqueles que se envolvem em conversas racistas”). Todos os fatores demonstraram consistência interna adequada.

Murphy *et al.* (2023) afirmam que a escala SWEAR pode ser utilizada para avaliar mudanças nas atitudes e nos comportamentos antirracistas de estudantes e profissionais do Serviço Social, além de apresentar potencial para ser empregada em avaliações de intervenções. Assim como o ARBI, a SWEAR utilizou exclusivamente o *alfa de Cronbach* como medida de consistência interna. Nesse sentido, é pertinente sugerir o uso do ômega



de McDonald ou de outras métricas complementares para uma avaliação mais robusta. Observa-se ainda uma articulação entre o estudo de Murphy *et al.* (2023) e o de Park (2023), que utilizou o ARBI para mensurar o repertório antirracista de estudantes de mestrado em Serviço Social. Enquanto Park recorre ao ARBI, Murphy *et al.* (2023) propõem uma escala específica voltada para a formação de futuros profissionais da área. A presente revisão não identificou nenhum estudo que tenha utilizado a SWEAR até o momento.

3.4 *Black Community Activism Orientation Scale (BCAOS)*

Hope *et al.* (2019) desenvolveram a BCAOS para investigar o envolvimento de jovens negros nos EUA em práticas de ativismo antirracista. Participaram 893 adolescentes e jovens adultos negros, com idades entre 14 e 29 anos, 73,5% deles eram estudantes. A maioria era mulheres (67,6%), identificada como afro-americana (66,1%).

A AFE foi realizada com metade da amostra (446) e os pesquisadores identificaram três fatores: Os resultados revelaram uma solução de três fatores: Fator 1 ($\alpha = 0,94$), "Ativismo de Baixo Risco", que se propôs a medir o envolvimento em ações sociopolíticas, comunitárias e de justiça social na e/ou para a comunidade negra de forma mais passiva (e.g. "Usei uma camiseta ou broche com uma mensagem política sobre a comunidade negra"), inclui 11 itens. O Fator 2 ($\alpha = 0,93$), "Ativismo de Alto Risco", mensura o envolvimento das pessoas em ações sociopolíticas de alta visibilidade na e/ou para a comunidade negra (e.g. "Envolva-se em qualquer atividade política específica da comunidade negra na qual você tema por sua segurança pessoal"), inclui sete itens. Por fim, o Fator 3 ($\alpha = 0,91$), "Ativismo Político Formal", mensura o envolvimento em ações políticas que demandam uma maior formalidade na e/ou para a comunidade negra, como o envolvimento com autoridades eleitas (e.g. "Organizar um evento político (por exemplo, palestra, manifestação). Este fator abrangeu oito itens.

A AFC foi desenvolvida com 447 participantes. Os resultados mostraram que a estrutura de três fatores apresentou um bom ajuste. Além disso, todos os itens foram estatisticamente significativos. Foram analisadas também a validade convergente e a discriminante. Na convergente, as crenças de responsabilidade social tiveram uma correlação positiva média com orientações de baixo risco e políticas formais, o que indica que quanto mais os participantes acreditavam ter uma responsabilidade cívica e social com sua comunidade, maior a probabilidade de executar ações ativistas menos



arriscadas. Quanto à validade discriminante, os resultados indicaram que valores de responsabilidade social não estão associados a uma orientação de alto risco no ativismo (Hope et al., 2019).

O único estudo encontrado que utilizou a BCAOS foi desenvolvido nos EUA por Hope et al., (2022). Elas investigaram associações entre racismo individual, estresse antecipado relacionado ao racismo e ativismo antirracista entre negros. Segundo Harrell (2000), o estresse relacionado ao racismo é resultado de ameaças ao bem-estar de uma pessoa que surge de experiências como o racismo. Brosschot et al. (2006) e Utsey et al. (2013) argumentam que experiências anteriores de violência racial tendem a desencadear antecipação de futuras experiências de racismo. Desse modo, Hope et al. (2022) consideram que o estresse antecipatório pode ser vivenciado através de um estado de alerta emocional com a preocupação de esperar racismo em interações futuras, também é constituído pela excitação fisiológica (e.g. aumento da frequência cardíaca) ao pensar em experienciar uma futura experiência de violência racial.

O estudo de Hope et al. (2022) foi composto por 890 adolescentes e adultos com idades entre 14 e 29 anos. Foram utilizadas as seguintes medidas: a) O Índice de Estresse Relacionado à Raça de Seaton (2003) para medir as experiências individuais de racismo; b) A BCAOS para medir o ativismo antirracista; c) A Escala de Estresse Antecipatório e Ativação Prolongada Relacionado à Raça de Utsey et al. (2013) para a avaliação do estresse antecipatório relacionado ao racismo.

Os resultados indicaram que o racismo individual esteve significativamente associado ao estresse antecipatório relacionado ao racismo e ao ativismo antirracista, com variações entre adolescentes e jovens adultos. Entre estes últimos, o ativismo de alto risco mediou a relação entre racismo individual e estresse psicológico antecipatório, enquanto o ativismo de baixo risco indicou a relação entre racismo individual e estresse psicológico antecipatório. Nos adolescentes, tanto o ativismo de alto risco quanto o de baixo risco mediaram a relação entre racismo individual e estresse psicológico antecipatório.

4 CONCLUSÃO

Identificamos quatro instrumentos, sendo três escalas e um inventário comportamental. Todos eles se referiam à cultura dos EUA. Uma característica comum aos instrumentos analisados na presente pesquisa é que seus fatores são organizados



com base em níveis de interação social de ações antirracistas individuais a outras com nível mais complexos de relações interpessoais. Isso sugere que o construto nomeado de comportamento antirracista envolve: nível subjetivo (e.g. estudar sobre racismo) e interações interpessoais, desde as mais específicas (e.g. confrontar um preconceito racial) a ações mais complexas que envolvem a organização do sujeito em grupos sociais (e.g. manifestações populares).

Os instrumentos identificados demonstram potencial de aplicabilidade, se adaptados, em políticas públicas brasileiras, ou em outros contextos que tenham como objetivo analisar mudanças de intervenções em grupos ou populações (e.g. cursos, reuniões etc.). Assim, consideramos que há potencialidade desses instrumentos serem implementados na formação de professores e profissionais da educação, de forma a capacitar-los para lidar com desigualdades raciais em contextos escolares. Desse modo, o processo de medição de comportamentos antirracistas pode funcionar como uma ferramenta de identificação de pontos fortes e fracos no preparo pedagógico, o que pode promover uma maior equidade no ambiente educacional. Contudo, apenas um desses instrumentos pode ser utilizado em nosso país, a escala ARAS (Aldana et al., 2019) que foi adaptada por Ribeiro (2022). Portanto, ressaltamos a importância do desenvolvimento de novos instrumentos ou da adaptação daqueles já existentes para o contexto nacional, de modo a promover o desenvolvimento, para o Brasil, de tecnologias de pesquisa e/ou intervenções antirracistas.

Este estudo apresenta como limitação a restrição de análises a escalas e inventários, de modo que outros instrumentos de pesquisa e/ou intervenção em comportamentos antirracistas se fazem necessários (e.g. roteiros de entrevistas estruturadas, testes, protocolos, programas e/ou manuais de intervenção). Por fim, uma recomendação para estudos futuros é que incluam novas palavras-chave e novas buscas em língua espanhola para abranger a comunidade de pesquisadores dos demais países latinos.

REFERÊNCIAS

ALDANA, A; BAÑALES, J; RICHARDS-SCHUSTER, K. Youth Anti-Racist Engagement: Conceptualization, Development, and Validation of an Anti-Racism Action Scale. *Adolescent Research Review*, v. 4, n. 4, p. 369–381, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40894-019-00113-1>. Acesso em: 30 out. 2024.

BENTO, C. **O Pacto da Branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.



BERNARDO DO NASCIMENTO, V; RODRIGUES, L; MOREIRA, N; MARQUES, N. Os estereótipos do “mito negro” em personagens negros no cinema nacional. **Revista Ciências Humanas**, v. 17, n. 1, p. 1-13, 2024. Disponível em:
<https://doi.org/10.32813/21791120.2024.v17.n1.a1025>. Acesso em : 31 out. 2024.

BROSSCHOT, J; GERIN, W; THAYER, J. The perseverative cognition hypothesis: A review of worry, prolonged stress-related physiological activation, and health. **Journal of Psychosomatic Research**, v. 60, n. 2, p. 113–124, 2006. Disponível em:
<https://doi.org/10.1016/j.jpsychores.2005.06.074>. Acesso em: 23 jan. 2024.

BROWN, T. **Confirmatory factor analysis for applied research**. New York: The Guilford Press, 2006.

CLARK, K; CLARK, M. Racial identification and preference in Negro children. **The Journal of Negro Education**, v. 19, n.3, p. 341-350, 1950. Disponível em:
<https://doi.org/10.2307/2966491>. Acesso em: 10 out. 2024.

CORREIA DE MELO, H. A complexidade do racismo estrutural: redução de trabalhadores à condição análoga a de escravos como continuísmo do sistema econômico escravocrata. **Revista de direitos fundamentais nas relações do trabalho, sociais e empresariais**, v. 6, n. 2, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-009X/2020.v6i2.7152>. Acesso em: 15 dez. 2023.

COSTELLO, A; OSBORNE, J. Best Practices in Exploratory Factor Analysis: Four Recommendations for Getting the Most From Your Analysis. **Practical Assessment, Research & Evaluation**, v. 10, n. 1, p. 1-9, 2005. Disponível em:
<https://doi.org/10.7275/jyj1-4868>. Acesso em: 04 set. 2023.

CURRAN, T; ARROYO, A; FABBRICATORE, J; JIAO, J. White privilege critical consciousness, racial attitudes, and intergroup anxiety among parents and adult children in White families. **Communication Monographs**, v. 90, n. 2, p. 246-270, 2023. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03637751.2023.2202712>. Acesso em: 30 out. 2024.

DAMASIO, B. Uso da análise fatorial exploratória em psicologia. **Avaliação Psicológica**, v. 11, n. 2, p. 213–228, 2012. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712012000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 jul. 2025.

D'ANDREA, M; DANIELS, J. Exploring the psychology of White racism through naturalistic inquiry. **Journal of Counseling & Development**, v. 77, n. 1, p. 93–101, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/j.1556-6676.1999.tb02426.x>. Acesso em: 14 set. 2023.

GLENN, S; MALOTT, M. Complexity and and selection: Implications for organizational change. **Behavior and Social Issues**, v. 13, p. 89 – 106, 2004. Disponivel em:
<https://doi.org/10.5210/bsi.v13i2.378>. Acesso em: 10 set. 2023.

GOMES, N. **O Movimento Negro Educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017.

HADDAWAY, N; PAGE, M; PRITCHARD, C; MCGUINNESS, L. PRISMA2020: An R package and Shiny app for producing PRISMA 2020-compliant flow diagrams, with interactivity for optimised digital transparency and Open Synthesis. **Campbell Systematic Reviews**, v. 18, n. 2, p. 1 – 12, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/cl2.1230>. Acesso em: 30 out. 2024.



HARRELL, S. A multidimensional conceptualization of racismrelated stress: Implications for the well-being of people of color. **American Journal of Orthopsychiatry**, v. 70, n. 1, p. 42–57, 2000. Disponível: <https://doi.org/10.1037/h0087722>. Acesso em: 12 ago. 2024.

HAYS, R; SPRITZER, K; THOMPSON, W; CELLA, D. US general population estimate for “excellent” to “poor” self-rated health item. **Journal of general internal medicine**, v. 30, n. 10, p. 1511-1516, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11606-015-3290-x>. Acesso em: 30 out. 2024.

HOPE, E; PENDER, K; RIDDICK, K. Development and Validation of the Black Community Activism Orientation Scale. **Journal of Black Psychology**, v. 45, n. 3, p. 185-214, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0095798419865416>. Acesso em 24 set. 2024.

HUGHES, D; JOHNSON, D. Correlates in children’s experiences of parents’ racial socialization behaviors. **Journal of Marriage and Family**, v. 63, n. 4, 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2001.00981.x>. Acesso em: 20 set. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Educa Jovens**, 2022. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 21 out. 2024.

JÖRESKOG, K; SÖRBOM, D. **LISREL 8**: user's reference guide. 2. ed. Scientific Software Internationala, 1996.

KENDI, I. **Como ser antirracista**. 1. ed. Rio de Janeiro: Alta Cult, 2020.

KEUM, B. Does Witnessing Racism Online Promote Individual and Institutional Anti-Racism Advocacy Among White Individuals? The Role of White Empathy, White Guilt, and White Fear of Other Races. **Cyberpsychology, behavior and social networking**, v. 24, n. 11, p. 756–761, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1089/cyber.2020.0629>. Acesso em: 23 jan. 2024.

KEUM, B; MILLER, M. Racism in digital era: Development and initial validation of the Perceived Online Racism Scale (PORS v1.0). **Journal of Counseling Psychology**, v. 64, n. 3, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/cou0000205>. Acesso em: 20 jan. 2024.

KEUM, B; LI, X. Coping with online racism: Patterns of online social support seeking and anti-racism advocacy associated with online racism, and correlates of ethnic-racial socialization, perceived health, and alcohol use severity. **PLoS ONE**, v. 17, n. 12, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0278763>. Acesso em: 19 set. 2024.

KEUM, B; WATERS, E; WONG, M; SALIM-EISSA, R. Witnessing racism against racial minority individuals online and loneliness among White emerging adults: Anti-racism advocacy as a moderator. **Journal of community psychology**, v. 51, n 4, p. 1634–1652, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/jcop.22944>. Acesso em: 30 out. 2024.

MCCONAHEY, J. Modern racism, ambivalence, and the modern racism scale. In: DOVIDIO, J; GAERTNER, S. (Org.). **Prejudice, discrimination, and racism**. Academic, 1986, p. 91-126.

MIZAEL, T. DE ALMEIDA, J; SILVEIRA, C; DE ROSE, J. Changing racial bias by transfer of functions in equivalence classes. **The Psychological Record**, 2016, v. 66, p. 451-462. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s40732-016-0185-0>. Acesso em: 23 out. 2024.



MIZAEL, T; SANTOS, S; DE ROSE, J. Contribuições do paradigma de equivalência de estímulos para o estudo das atitudes. **Interação em Psicologia**, v. 20, n. 2, p. 124-134, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/psi.v20i2.46278>. Acesso em: 16 nov. 2023.

MOREIRA, A. **Racismo recreativo**. 1. ed. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

MOROZ, M; RUBANO, D. Subjetividade: a interpretação do behaviorismo radical. **Psicologia Da Educação**, v. 20, p. 119-135, 2005. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/psicoeduca/article/view/43337>. Acesso em: 10 set. 2023.

MURPHY, A; CONNER, L; WEILER, A; ANTHONY, B; JEWELL, J; VENABLE, V. Social Work Education Anti-Racism (SWEAR) Scale. **Journal of Social Work Education**, v. 60, n. 1, p. 4–13, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10437797.2023.2248212>. Acesso em: 31 out. 2024.

NILSSON, J; MARSZALEK, J; LINNEMEYER, R; BAHNER, A; MISIALEK, L. Development and assessment of the social issues advocacy scale. **Educational and Psychological Measurement**, v. 71, n. 1, p. 258–275, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0013164410391581>. Acesso em: 14 jun. 2024.

NUNNALLY, J. **Psychometric methods**. 2. ed. New York: McGraw, 1978.

PARK, E. Effects of Individual Characteristics and Experiences on MSW Students' Advocacy. **Journal of Social Work Education**, v. 59, n. 1, p. 149–163, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/10437797.2021.1997678>. Acesso em: 26 jan. 2024.

PASSARELLI, D; RICO, A; SILVESTRE, M. Contribuições da Análise do Comportamento para a Compreensão do Racismo. **REBAC**, [S.I.], v. 19, n. 1, jun. 2023. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v19i1.14941>. Acesso em 05 jul. 2025.

PASSARELLI, D; ROCHE, B; MIZAEL, T; SILVESTRE, M; DE ROSE, J. Reducing Racial Bias Using a Conflicting Relations Paradigm: A Systematic Replication of Mizael et al. (2016). **Behav. Soc. Iss.** v. 33, p. 737-764, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s42822-024-00181-6>. Acesso em 30 out. 2024

PIETERSE, A; UTSEY, S; MILLER, M. Development and initial validation of the anti-racism behavioral inventory (ARBI). **Counselling Psychology Quarterly**, v. 29, n. 4, p. 356–381, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/09515070.2015.1101534>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PINTERITS, E; POTEAT, V; SPANIERMAN, L. The white privilege attitudes scale: Development and initial validation. **Journal of Counseling Psychology**, v. 56, n. 3, p. 417–429, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/a0016274>. Acesso em: 23 out. 2024.

RIBEIRO, B. **Socialização étnico-racial e silêncio sobre raça entre universitários**. 2022. 178 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2022.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista**. 1. ed. Companhia das Letras, 2019.

SALES, M; PEREIRA, A. Contracinema: mulher e território nos filmes yvonne kane (2015), de Margarida Cardoso e Praça Paris (2017), de Lucia Murat. **Revista TransVersos**, n. 19, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/transversos.2020.52461>. Acesso em: 19 dez. 2023.



SAUNDERS, J; AASLAND, O; BABOR, T; DE LA FUENTE, J; GRANT M. Development of the alcohol use disorders identification test (AUDIT): WHO collaborative project on early detection of persons with harmful alcohol consumption-II. **Addiction**, v. 88, n. 6, p. 791–804, 1993. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1360-0443.1993>. Acesso em: 23 jan. 2024.

SCHUCMAN, L; NOVAES, L. Branquitude e progresso: a Liga Paulista de Higiene Mental e os discursos paulistanos na contemporaneidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia [online]**, v. 12, n. 1, p. 288-311, 2012. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v12n1/artigos/pdf/v12n1a17.pdf>. Acesso em: 21 out. 2024.

SEATON, E. An examination of the factor structure of the Index of Race-Related Stress among a sample of African American adolescents. **Journal of Black Psychology**, v. 29, n. 3, p. 292–307, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0095798403254211>. Acesso em: 23 out. 2024.

SILVA, M; ARAÚJO, W. Biopolítica, racismo estrutural-algorítmico e subjetividade. **Educação Unisinos**, v. 24, n. 1, p. 1–20, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/edu.2020.241.40>. Acesso em: 12 ago. 2024.

SKINNER, B. **Ciência e comportamento humano**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

SKINNER, B. **About Behaviorism**. New York: Alfred A. Knopf, 1974.

SOUZA, M; SILVA, M; CARVALHO, R. Integrative review: what is it? How to do it?. **Einstein (São Paulo)**, v. 8, n. 1, p. 102–106, 2010. Acesso em: <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>. Acesso em: 20 set. 2023.

SPANIERMAN, L; HEPPNER, M. Psychosocial Costs of Racism to Whites Scale (PCRW): construction and Initial Validation. **Journal of Counseling Psychology**, v. 51, n. 2, p. 249–262, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/0022-0167.51.2.249>. Acesso em: 19 mai. 2024.

STEPHAN, W; STEPHAN, C. Intergroup anxiety. **Journal of Social Issues**, v. 41, n. 3, p. 157– 175, 1985. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1985.tb01134.x>. Acesso em: 23 mar. 2024.

STUFFLEBEAM, D. L.; SHINKFIELD, A. J. **Evaluación sistemática**: Guía teórica y práctica. Barcelona: Edición Paidós; Madrid: MEC, 1989.

TROYNA, B; CARRINGTON, B. **Education, racism and reform**. Routledge, 1990.

URSI, E. **Prevenção de lesões de pele no perioperatório**: Revisão integrativa da literatura. 2005. 105f. Dissertação (Mestre em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2005.

UTSEY, S; BELVET, B; HUBBARD, R; FISCHER, N; OPAREHENAKU, A; GLADNEY, L. Development and validation of the Prolonged Activation and Anticipatory Race-Related Stress Scale. **Journal of Black Psychology**, v. 39, p. 532–559, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/00957984124618>.

